

Um Romance Campestre e (sobretudo) Sentimental

Sérgio Guimarães de Sousa

Como não custa perceber, as dinâmicas do campo literário obedecem forças e a linhas de fuga por vezes difíceis de aferir. Se autores há merecedores de um reconhecimento público instantâneo, sem que nada o fizesse prever, ganhando centralidade, outros, a despeito do seu inegável merecimento estético-literário, confinam-se ao silêncio da periferia.

Outros ainda merecem em dado momento uma apreciação muito favorável, para, passados anos, caírem no esquecimento. Creio dizer bem se disser que Manuel Joaquim de Boaventura é um caso assim. Por razões diversas, a sua obra, sem dúvida apreciável pela sua diversidade temática (apesar de localista) bem como pela sua ambição representativa, é pouco conhecida atualmente, não apenas do público, mas igualmente - o que é, convenhamos, mais difícil de explicar - da historiografia literária¹. O seu nome é, pois, praticamente inencontrável em antologias e manuais de história literária.

Claro que há uma razão de fundo a explicar que este autor, como tantos outros, se ache relegado para uma zona de sombra e de (quase) invisibilidade. Trata-se, dir-me-ão, de um escritor que deliberadamente não se estende para lá de uma área geográfica delimitada e da qual se assume testemunho competente. Mas é precisamente esse confinamento que lhe garante, em boa verdade, singularidade. Se hoje ainda se fala de Boaventura é por se tratar de um escritor capaz de fornecer um eloquente depoimento das vivências e dos costumes minhotos, em especial dos que emanam (ou emanavam) do litoral e, mais especificamente, da sua aldeia natal.

Quem foi Manuel de Boaventura?

Natural de Vila Chã (Esposende), onde nasceu em 1885, filho de Albino Augusto Dias de Boaventura, proprietário próspero e professor primário, e de D. Balbina Gonçalves do Vale, aos cinco anos falece-lhe a mãe. Acompanha então um tio, Manuel Inácio, para Peniche, onde este fora colocado na qualidade de Professor Complementar. A orfandade não foi sem repercussões

¹ Com honrosas exceções, como esta referente a um texto inédito de Carlos A. Brochado de Almeida ("Manuel de Boaventura, o Escritor de Susão"), proferido no dia 26 de junho de 1992 (dia da inauguração da então Biblioteca Municipal de Esposende, hoje conhecida pelo nome de Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, o qual lhe foi atribuído, por deliberação camarária, a 17 de outubro de 1996), texto onde se pode ler a dado passo o seguinte: "Foi uma figura ímpar no panorama cultural deste país, pela maestria com que usou a pena e as letras, pela serenidade que punha na investigação, fosse ela literária, etnográfica ou arqueológica. Foi-o também pela maneira sagaz com que soube captar a alma desse povo que tanto amava e respeitava".

literárias². Basta dizer que logo n'O Solar dos Vermelhos, o seu romance de estreia, o escritor não se inibe de a referir em tom doloroso através destas

² Camilo Castelo Branco, incontestável *maître-à-penser* (melhor seria dizer: *maître-à-écrire*) deste primeiro romance de Boaventura, ficou, igualmente, órfão muito cedo, o que não deixou de se fazer notar na sua extensa produção literária, onde, se nos dermos ao cuidado de verificar, abundam órfãos (se em *Amor de Perdição*, o corte de Simão com a família não é propriamente uma clássica situação de orfandade, não deixando, porém, em certo sentido de ser orfandade, convirá não esquecer a de Mariana. E nota-se que uma das novelas de Camilo apresenta esse tema como central à intriga: *A Enjeitada*). Digamos que a orfandade funciona como aquele trauma fundador que o artista carrega inexoravelmente, mas que tem, em contrapartida, o mérito decisivo de o fazer reagir esteticamente, criando uma obra, sendo a singularidade dessa obra precisamente definida por esse trauma original. Vejase ainda o notório caso de Franz Kafka, exposto com certo pormenor em carta escrita ao pai (Hermann Kafka), carta essa onde fica clara a origem (paterna) da culpa (cf. Franz Kafka, *Lettre au père*, *Vitalis*, [s./l.], 2016, pp. 32, 34-35, 49, 59, 65), tema maior da sua ficção, como se sabe. E se essa culpa, geradora da insupportável angústia, radica num momento traumático, esse momento, já agora, foi o do episódio da *Pawlatzsch*, assim evocado pelo escritor: «Concretem, je ne me rappelle qu'un incident survenu dans les premières années. Peut-être t'en souvient-il aussi: Une nuit, je ne cessais de pleurnicher en réclament de l'eau, certes, pas parce que j'avais soif, mais probablement en partie pour vous énerver, en partie pour m'amuser. De violentes menaces réitérées n'y ayant rien changé, tu me sortis du lit, me portas sur la *Pawlatzsch* et m'y laissas un moment seul en chemise, debout devant la porte close. Je ne veux pas dire que c'était injuste, peut-être était-ce même réellement le seul moyen, à l'époque, d'assurer le repos de tes nuits, je veux simplement caractériser tes méthodes d'éducation et leur effet sur moi. J'étais certes devenu obéissant par la suite, mais je portais em moi une blessure intérieure. Vu mon tempérament, je n'ai jamais pu établir de relation exacte entre le fait, naturel à mes yeux, de demander de l'eau sans raison et celui, particulièrement terrifiant, d'être porté dehors. Bien des années après, je souffrais encore à la pensée douloreuse que cet homme géant, mon père, l'ultime instance, pouvait venir me porter sur la *Pawlatzsch*, prouvant par là à quel point je n'existais pas à ses yeux» (Franz Kafka, *Lettre au père*, *op. cit.*, pp. 15-16) (No caso de Hitchcock, o episódio traumático e, por isso, indelével, reinventado depois sob a forma de *suspense* ao longo da sua magistral obra, foi o facto de o pai, um comerciante também ele autoritário, em jeito de reprimenda, ter pedido ao filho, então com quatro ou cinco anos, que entregasse um bilhete a um polícia. A reação do agente foi fechar o miúdo por uns momentos numa cela, dizendo-lhe: «isto é o que faz com as crianças más!»). Ou então (perdoe-se-me a extensão dos exemplos), vejase também o caso assaz sintomático de Georges Simenon. O escritor belga, na senda de Kafka, ajudou contias com a mãe (a fazer as vezes do pai austero e severo, ou seja, o Nome/não do Pai, em clave lacianana) em *Carta para minha mãe* (Lisboa, Cotovia, 2001). Simenon, como é sabido, escreveu uma obra assaz quantiosa, que lhe granjeou reconhecimento mundial e honras por toda a parte. Todavia, o prestígio do romancista não foi suficiente, pelo menos do seu ponto de vista, para que a mãe reconhecesse o talento do filho. O certo é que - repare-se - o escritor depois da morte da progenitora não voltou a escrever nenhum policial, um pouco, no fundo, como se os tivesse escrito apenas para que esta pudesse nelas reencontrar o filho que nunca verdadeiramente encontrou fora delas. Nas palavras de Pierre Assouline (biógrafo de Simenon): «C'est [*Carta para a mãe*] une chronique de l'incompréhension à travers l'histoire de deux êtres qui n'ont jamais réussi à s'aimer pour n'avoir jamais su se parler. Il y dévoile le noéud de sa souffrance, celle d'un grand écrivain reconnu par tous et partout, sauf par sa mère» (Pierre Assouline, *Simenon*, Editions Gallimard, 1996, p. 866).

sentidas palavras: «Oh! Vós que tendes mãe! Sabei que sois felizes... Eu, porém, não pertengo ao vosso grupo: eu não sou feliz porque não tenho mãe»³. E não será acaso o facto de a protagonista da intriga, "aquela *dona Morgadinha* que o povo divinizou", se apresentar como órfã de pai.

Boaventura viria a fazer o exame de instrução primária em Leiria, onde anos mais tarde, em 1903, se formaria como Professor Primário, tendo, depois, frequentado o ensino liceal em Guimarães. Exerceria a sua atividade profissional na região do Minho, cenário privilegiado do seu imaginário romanesco. Mais precisamente, em Esposende, na freguesia de Palmeira de Faro, onde foi colocado em 1905. Em 1918, ocupou o cargo de inspetor-interino de Viana do Castelo, cargo que viria igualmente a ocupar, nos anos de 1927 e 1928, em Moncorvo e em Aveiro. Em 1930, torna-se Inspetor-Chefe da região Escolar de Leiria, função exercida igualmente em Braga, a partir de 1933, e na Guarda, a partir de 1939. A carreira pública prosseguiria com a sua nomeação, em 1943, para a função de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Esposende e, bem mais tarde, em 1961, com a sua eleição para Presidente do Convívium-Estúdio de Escritores e Artistas, de Braga, substituindo nessa missão o poeta António Correia de Oliveira.

Sócio do Instituto Histórico do Minho, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e da então Sociedade Portuguesa de Escritores, de Lisboa, correspondente da Academia de Ciências de Portugal em 1932, recusa receber o grau de Oficial da Ordem de Benemerência, que lhe fora proposto pelo Ministério do Interior, preferindo que o galardão fosse antes atribuído à Junta Geral do Distrito, à qual presidiu durante os três anos em que esteve em Leiria.

A vida de Boaventura não foi, porém, inteiramente um daqueles percursos com uma descrição que se enquadrava com a carreira segura e monótona do funcionalismo público. Um episódio vem comprovar que o escritor não foi alheio às convulsões históricas da sua época. Com a implantação da República (1910), sofreu uma pena de encarceramento por um período de 90 dias. A

³ Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, 2.ª edição, Barcelos, Edição da Livraria "LZ", 1960, p. 206.

pena foi cumprida no Convento de S. Barnabé em Braga. A razão da prisão ficou a dever-se à acusação de conspiração. O certo é que esta privação da liberdade não foi, do ponto de vista literário, infútil. À semelhança de outros autores (Camilo, Graciliano Ramos, Luandino Vieira, etc.), o escritor aproveitaria o tempo do cárcere para escrever. Mais concretamente, para participar na redação de um panfleto (*As Vítimas dos pseudo-republicanos de Esposende*⁴) e compor um diário, espesso (456 páginas), muito sugestivamente intitulado *No Presídio - Memórias de um Conspirador* (1913). Nesse diário, Boaventura, como seria de esperar, conta o dia a dia dos presos, com episódios tintados de humor, não se inibindo de comentar a situação política da altura. Como assinala António Losa:

O livro *No Presídio* é, [...], uma obra de um valor incalculável sob vários aspetos. Boaventura tirou da situação o máximo proveito literário, evidentemente. As suas páginas são muitas vezes cáusticas para os que o encarceraram, mas estão também repassadas de bom humor e até duma certa filosofia, desenvolvida através do diálogo travado entre o autor e... o gato que se aquece ao sol benfazejo sobre um telhado vizinho.⁵

O escritor faleceria, vitimado por um acidente, com idade avançada, em 1973. Sobre este desfecho trágico pronunciou-se João de Araújo Correio, com quem mantinha relações de estima e afinidade literária, num texto ("Eça de Queirós em Leiria") onde não deixou de louvar os méritos do autor de Esposende: "Em Portugal, morre-se hoje mais na estrada que na cama. O bom Manuel de Boaventura não esperou que a extrema velhice lhe fechasse

⁴ "Em larga e veemente exposição, revelam-se nomes, esclareciam-se atitudes, descobriam-se manobras, sublinhando-se que o povo esposendense, na quase totalidade, acolhera de boa mente a proclamação da República. E reafirmando a própria idoneidade cívica, os autores do manifesto protestavam-se tão democratas quanto "concertados a fundar um centro republicano" na sua vila" (António C. Pinho, "O Presidário de Sam Barnabé Manuel de Boaventura", *Atas do Colóquio Manuel de Boaventura*, Esposende, Casa da Cultura/Biblioteca Municipal, 1987, p. 47.)

⁵ António Losa, "Percurso Literário de Manuel de Boaventura", *Atas do Colóquio Manuel de Boaventura*, Esposende, op. cit., pp. 14-15.

os olhos. A caminho do Porto, serviu-lhe de esquite um automóvel tão célere, que o levou num ponto para o outro mundo"⁶.

Os começos literários de Boaventura ocorrem nas páginas do jornal *O Esposendense*, onde o então jovem professor primário manteve, entre 1905 e 1906, uma rubrica semanal, sob a forma de folhetins, com um título que dá bem conta da sua predileção pelo mundo rural, "Velharias duma Aldeia". Os folhetins, adaptados ao teatro em 1977 e levados à cena pelo Grupo Recreativo e Cultural de Vila Chã, transitaram, em 1909, para a condição de romance, sob o título de *O Solar dos Vermelhos*, a instâncias, como vem referido no prefácio da 2.ª edição (e agora reproduzido nesta), do diretor do jornal, Silva Vieira. O sucesso não se fez esperar, esgotando o romance em pouco menos de um ano.

Quanto à restante obra, ganharia forma nas décadas seguintes, sendo composta por romances, novelas, contos e textos de teor etnográfico e histórico-arqueológico (*Crimes dum Usurário*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1910; *Timóteo, o Penitente*, Lisboa, Lumen Empresa Internacional Editora, 1921; *Vocabulário Minhoto*, vol. I e II, Esposende, Typ. Espozendense, 1916, 1922; *Contos do Minho: Vida Rural*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1927; *Ânsia de Perfeição e Contos Imperfeitos*, Braga, Livraria Editora Pax, [1947]; "O Santo e a dumo: S. Martinho de Dume na lenda e na tradição", Sep. *Bracara Augusta*, 2, 1950; *Novos Contos do Minho*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1953; "Noite de Consoada", Sep. *Boletim Grémio do Comércio de Barcelos*, 1953; "O Traje da Região", Barcelos, 1959; *Marrucho Mentideiro*, Lisboa, Edição de Fomento de Publicações, [1959]; *Amores Medievais: conto de Natal*, Barcelos, Liz, 1960; *Zé do Telhado no Minho: fastos das maltas de ladres*, Barcelos, Edição Papelaria LIZ, 1960; *Contos Que o Povo Conta*, [Lisboa], Panorama, [1961]; "De onde brota Vila Chã: aldeamento castrejo? Criação suevogoda?", Sep. *Bracara Augusta*, 14-15, 1963; "Três Trovadores Medievais", Sep. *O Distrito de Braga*, 1963; *De onde*

brota Vila Chã, 1963; *Lapinhas de Natal: Contos*, Braga, Editora Livraria Pax, 1964; *Primeira Consoada*, Braga, Editora Livraria Pax, 1964; "Uma anedota na vida de Camilo", *Boletim da Casa de Camilo*, n.ºs 3/4, 1964; *Quatro Contarelos*, Edição de autor, 1965; "Modalidades do vocabulário surpreendidas no linguajar dos narradores de contos populares", *Atas do Congresso Internacional de Etnografia*, Vol. 3, Lisboa, 1965; "Quatro Contarelos", Sep. *Almanaque de Santo António*, 1965; *Lapinhas de Natal*, Braga, Pax, 1964, 2.ª ed. 1965; "Ara votiva a Dafa: encontrada na cidade de S. Lourenço, Vila Chã, Esposende", Sep. *Lucerna*, 4, 1965; *Deus lhe pague...* (*Um Conto de Natal*), Braga, Editora Livraria Pax, 1966; "Uma Necrópole em Fão, Esposende", Sep. *Lucerna*, 5, 1966; *Histórias Contadas à Lareira*, Porto, Portucalense Ed., 1968; "De jornada para Viana, Camilo pernoitou em Forjães", *Boletim da Casa de Camilo*, II série, n.ºs 2/3, 1976; etc.), para não falar da vasta e avulsa colaboração do autor, que chegou a ser redator principal do semanário *A Verdade*, com a imprensa (*Diário de Notícias*, *Diário Ilustrado*, *Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto*, *Diário do Norte*, *Correio do Minho*, *Diário do Minho*, *Aurora do Lima*, *Valenciano*, *Terra Minhota*, *Notícias de Viana*, *Jornal de Famalicão*, *Estrela da Manhã*, *Notícias de Guimarães*, *Notícias de Chaves*, *Comércio da Póvoa*, *Jornal de Barcelos*, *O Fangeiro*, *Gente Minhota*, *Civilização*, *Revista do Norte*, *Panorama*, *Mundo Ilustrado*, *Bracara Augusta*, *Distrito de Braga*, *Revista do Minho*, *O Cávado*, *Voz de Chaves*, etc.);⁷ Como nos recorda com inegável pertinência Manuel Albino Penteado Neiva, sem dúvida o estudioso mais rigoroso da obra do escritor, "Manuel Boaventura doou-nos uma obra, até agora quase inteiramente desconhecida, composta por centenas de artigos dispersos por periódicos sediados desde a capital do País até aos mais recônditos lugares"⁸.

⁷ Para uma síntese do percurso biográfico-literário de Boaventura, sugere-se a leitura do artigo "Manuel de Boaventura e a sua obra literária (1885-1973)", da autoria de Franquelim Neiva Soares, publicado no *Diário do Minho* (5 de março de 1986); bem como o texto "Notas Bibliográficas de Manuel de Boaventura", publicado nos números 7 e 8 do *Boletim Cultural de Esposende* (n.º 7/8, 1985, pp. 52-57), da responsabilidade de Marcelino Pereira.

⁸ Manuel Albino Penteado Neiva, "Manuel de Boaventura e a sua atividade jornalística", *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 18, 1993/1994, p. 27.

Etnografias

Se o nome do escritor não é, ou não é suficientemente, familiar da historiografia literária, como se disse, senão porventura com o estatuto de nota de rodapé, não se pode dizer, porém, que Boaventura não fosse íntimo dos principais autores da sua época (José Régio, João de Araújo Correia, Ferreira de Castro, Joaquim Paços d'Arcos, entre vários outros), nem que tenha passado despercebido aos olhos da crítica do seu tempo (não sendo isso, bem evidentemente, condição para um autor se situar numa zona clássica do *corpus* literário).

Numa homenagem que lhe foi feita em 1960, em Barcelos, comemorativa do seu cinquentenário de atividade cultural, acorreram nomes como os de João de Araújo Correia, Manuel Anselmo, Taborda de Vasconcelos, Amândio César, Luso Soares, Luís Caijó, José de Melo, Júlio Castilho, Jerónimo de Castro, Artur Castilho, Abel Mendes, Sérgio Silva Pinto, para citar alguns dos mais conhecidos, o que diz bem do seu prestígio.⁹

Não menos expressivo desse prestígio são os elogios registados na correspondência do autor. Um desses elogios traz a assinatura do escritor Luís Caijó¹⁰, em carta inédita datada de 30 de agosto de 1961¹¹, e define a prosa de Boaventura pelo quilate de um "puríssimo estilo de invulgar plasticidade". E o elogio culmina com este louvor final: "Só um escritor intensamente evoluído consegue manter, ao longo da sua obra, uma tal contensão [a de uma "poderosa harmonia"], um tal interesse e respeito da parte de quem o lê. É, julgo eu, o máximo que pode exigir-se de um escritor". Mais reveladoras ainda são as palavras de Ferreira de Castro (a carta traz a data de 8 de novembro de 1967):

A sua contribuição para a cultura e para a boa prosa lusitana tem sido notabilíssima, pensava eu, mais uma vez, aqui há dias, ao ler os trabalhos

⁹ Cf. José de Melo, "Em Letra redonda o que poderia esquecer", *Minho*, 12 de fevereiro de 1993, p. 17.

¹⁰ Tradutor de literatura policial, romancista, compositor e letrista, trabalhou na RDP. Nasceu, em 1920, na Figueira da Foz.

¹¹ Vide anexo 1.

que me ofereceu nas Taipas. Quer as "Modalidades do Vocabulário", quer a "Ara Votiva a Dafa", que li sofregamente, tão grande é o seu interesse, representam efetivamente duas valiosas comunicações que muito o honram. E no campo puramente literário, o desfecho do conto de Natal é um verdadeiro achado.¹²

E noutra missiva, enviada dois anos depois, Ferreira de Castro reincide, a propósito da impressão que lhe causou *Histórias Contadas à Loreira*, no encómio sem reticências:

É um belo livro, numa bela prosa [...], como os outros [livros] que lhe devemos. Mal entrámos nas primeiras páginas, reconhecemos logo, pelo sabor dos frutos, a árvore robusta que os deu. E é também um alto serviço prestado ao conhecimento do espírito popular das gerações que nos precederam.¹³

Lendo críticos de renome da altura, seria igualmente fácil reunir louvores no sentido de ratificarem Boaventura como um exímio prosador e, mais, como um dos expoentes máximos da experiência literária enquanto redenção do campo e, por extensão, das suas lendas e tradições. Por outras palavras, logo após Camilo, teria sido quem melhor soube prosseguir a conversão da ruralidade do Minho em lugar mítico da criação literária, preservando o legado etnográfico e popular da região. Por todos os elogios da crítica da altura, aprecie-se este excerto da responsabilidade de Guedes Amorim e publicado n'*O Século Ilustrado*:

Alia-se em Manuel de Boaventura a nobreza de bem servir a literatura a uma ativa (e silenciosa) insatisfação. O Minho é o seu jardim e a sua biblioteca. Os contos de Boaventura representam mesmo em confronto com os de Camilo, das mais belas páginas que as terras, as gentes e os costumes minhotos têm inspirado. A par do ficcionista, em que o

¹² Vide anexo 2.

¹³ Vide anexo 3.

prosador e o poeta tão alto têm subido, neste altíssimo homem de letras salienta-se, igualmente, o etnólogo, investigador atento da literatura oral que o povo, de geração para geração, tem transmitido.¹⁴

O mesmo, como é claro, se poderá, a título de exemplo, afirmar de outros autores, como é seguramente o caso de João de Araújo Correia, no que se reporta à região duricense, ou de Tomaz de Figueiredo, se pensarmos nos Arcos de Valdevez (e nesse ponto maior da sua criação romanesca que dá pelo título de *Na Toca do Lobo*), autores cuja obra evoluiu animada pelo real desejo de representar os valores da ruralidade, convertendo a literatura num lugar privilegiado para a contemplanção (etnográfica) da natureza e das suas gentes. O que não significa que estes e outros prosadores pós-naturalistas, como diria Óscar Lopes¹⁵ (Antero de Figueiredo, Samuel Maia, Campos Monteiro, Pina de Morais, Brito Camacho, Julião Quintinha, Hipólito Raposo, etc.), praticassem uma dependência estético-doutrinal cerrada e, em consequência, representassem um conjunto homogêneo e em absoluto consensual.

Sobre o "romance regional", expressão para a qual não deixa de reivindicar pertinência hermenéutica, declara, no seu jeito bem lapidar e irreverente de dizer as coisas, Tomaz de Figueiredo:

Defendido por alguns, e de muitos combatido, o romance regional dizem-no por aí fadado a restrito género literário, que não poderá passar fronteiras e até custosamente chega a Lisboa: a mui pretensiosa capital, que luxa em ter esquecido umas nove partes do vocabulário da língua e se governa com o resto, mais o calão da Mouraria e das docas. O mesmo vale, cuidado, a negar-lhe condições de obra de arte, a compará-lo — vá! — a petisco de ninho de andorinhas, delícia para

¹⁴ "Manuel de Boaventura um grande escritor", *O Século Ilustrado*, n.º 1223, 10 de Junho de 1961.

¹⁵ Cf. Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, Vol. I, Lisboa, IN-CM, 1987, pp. 335-454.

bucho de chineses, mistela para estômagos cosmopolitas, pois a essência da obra de arte reside na universalidade.¹⁶

Assim, uma das definições possíveis da literatura de matriz regional¹⁷ seria aquela segundo a qual cumpriria ao escritor, evocando pitoresca e vivazmente a sua região natal, funcionar na qualidade de contraponto de uma escrita urbana com aspiração ao universal (ou a uma ideia vazia de universal, diriam os regionalistas) e, ponto não menos relevante, marcada por um manifesto prejuízo: a insuficiência lexical, em virtude de a escrita urbana, responsável por um empobrecimento do idioma, não abarcar tipicidades idiomáticas afetas, em exclusivo, ao campo.¹⁸ Trata-se de um dos graves padecimentos da cidade, na perspectiva dos autores regionalistas, grave o suficiente para, qual foco infeccioso, desvirtuar a pureza ancestral do idioma pátrio. Os escritores regionalistas seriam assim aqueles que cuidariam da representação literária do campo como da preservação de expressões e vocábulos rústicos repudiados pelo falar, digamos, polido e 'civilizado' da cidade (ou seja, o do entendimento da língua como espécie de filtro purificador: aquele pelo qual a gramática e os seus usos se convertem, com assinalável proficiência, em modernidade e cosmopolitismo, ao arripio da ancestralidade contida nas falas ásperas e da sintaxe robusta do povo das

¹⁶ Tomaz de Figueiredo, *Pedra D'Armas*, Guimarães, Opera Omnia, 2014, p. 45.

¹⁷ Nas palavras de Alda Soromenho, o "regionalismo nasce da amizade, da admiração profunda de um escritor pela terra natal e pelo convívio continuado, pela vida, com a região e a gente entre a qual se encontrou na sua infância. É um sentimento legítimo e simpático. Nesse encantamento o escritor utiliza, com orgulho, nos seus livros os motivos, as cenas, as personagens, a natureza que ele tão bem conhece. E assim o escritor dá-nos a par de boa literatura, ótimos elementos folclóricos, linguísticos e psicológicos." (Alda da Silva Soromenho, "Teixeira de Queirós, escritor regionalista", *Sep., Casa do Conselho de Arcos de Valdevez - Agrupação Regionalista*, Lisboa, 1972, p. 10).

¹⁸ "Eu sei que o romancista de reduzido vocabulário, resvês do básico (chama-se-lhe agora assim "básico": na o Inglês básico), pois eu sei que, mercê de tal modestia, é mais fácil vir a ser entendido. O escritor da cidade, e a cidade é Lisboa (ora que outra havia de ser!), se lá nasceu e respira, falta-lhe o convívio da palavra estranha e desnecessária ao ambiente. Mesmo se a conhece, livresca, difícil ela lhe fala, não a pode sopesar nem olhar de todos os vieses. Não a sente, escapa-se-lhe, foge-lhe e enjeita-a: perfume exótico ao desalcançe de nariz que só mata o das flores corriqueiras." (Tomaz de Figueiredo, *Dicionário Falado seguido de As Minhas Ribeirinhas*, Lisboa, IN-CM, 2009, p. 75).

agrestes aldeias e serranias). Eis como prossegue na defesa da literatura regional, parágrafos depois, Tomaz de Figueiredo:

Acrece que de limitada galeria de personagens disporão os romancistas que da cidade não saiam. Depois, os tipos citadinos, ridiculamente a caminho da estandardização, muito breve serão idênticos aos de Paris ou de Nova York, já os vão bastantemente a macaquear, não os lamba o gato!¹⁹

Neste panorama, Boaventura, "quicá um dos últimos escritores que bebeu sabiamente na sabedoria e fantasia popular"²⁰, como diria Manuel Neiva, é, como se compreende, muito a considerar para quem estudar o potencial dessa literatura acantonada nos campos e nas serras e renitente ao imperativo categórico do progresso apregoado pela cidade.²¹ O Minho litoral, muito especialmente o representado, em jeito de sinédoque, por Vila Chã, adquire

¹⁹ Tomaz de Figueiredo, *Pedra D'Armas*, op. cit., pp. 45-46.

²⁰ Manuel Albino Penteado Neiva, "Manuel de Boaventura e a sua atividade jornalística", op. cit., p. 25.

²¹ Como é óbvio, esta ruralidade celebrada em páginas de prosa verrácula e imbuída de casticismos diversos faz crescer a distância com a nossa situação civilizacional. De outro modo: na era da globalização (ou, para dizê-lo de outro modo, na época do techno-digital), em que o campo deixou de ser decisivamente produtivo em termos literários (e não apenas) e em que a experiência estética anda muitas vezes associada à cidade, não raramente na sua declinação periférica, e às múltiplas linguagens (nos seus efeitos expansivos, cada vez mais performativas e digitais) que proliferam no nosso quotidiano (cada vez mais acelerado), bem como ao crescente triunfo da ontologia do virtual, ler um autor como Boaventura soa acaso a longínquo recuo. O recuo pelo qual nos é oferecido regressar a um horizonte socio-civilizacional do qual já nos tínhamos, bem ou mal, irremediavelmente despedido, não sendo fácil harmonizá-lo com a nossa sensibilidade pós-moderna. Mas este recuo é, em bom rigor, mais aparente do que real. Porque, em boa verdade, a antropologia cultural que as narrativas deste escritor de Esposende nos dá a conhecer não provém, como sabemos, de uma realidade mítica, mesmo se algumas se invocam lendas e representações de tempos algo primordiais. Significa isto que não é nada impossível reviver o imaginário do escritor simplesmente visitando, com demorada atenção, certos lugares que o nosso país ainda conserva, como se nota sem custo em várias aldeias do Minho numa escala assaz relevante.

o estatuto de grande espaço (geográfico, social, cultural e linguístico) de eleição de uma obra, vasta, que nele encontra a ancoragem de um ponto de unidade, como, de resto, reconhece, não sem orgulho, o próprio autor:

Toda a minha descolorida obra, desde o *Solar dos Vermelhos*, história viva na memória vilachanês, passando pelos *Contos do Minho*, *Ânsia de Perfeição*, *Novos Contos*, tudo estava gravado na memória do povo desta região [...]. Só há um mérito a assinalar: pôr em letra redonda o que poderia esquecer. *Crimes dum Usuário* [...] é um charge aos caciques do fim do século e inícios de outro, frioleiras sem valor. No *Presídio* um passatempo a jornadasear por meio milhar de páginas. S. *Martinho de Dume* foi o imaginado monge do séc. XII que lhe deu existência. Os doze mil étimos do *Vocabulário Minhoto* são do património do povo e vai por meio século que labuto na recolha. O meu labor foi apenas dar feição escrita à tradição e grafar pequena parte do inesgotável dicionário falado pelo Povo.²²

Como se vê, Boaventura não se apresenta na condição de inventor das histórias que conta, antes como um autor a desempenhar a função de "cronista" ou "memorialista" que se limita a transmitir as histórias que a sua experiência registou no contacto íntimo com o povo minhoto e a representar o aldeão minhoto na sua concretude existencial e histórica.²³ O mesmo é dizer, a sua relação com o Minho define inteiramente a sua relação de romancista com o seu universo romanesco. E define-a no sentido de um claro reforço da veracidade das histórias narradas (ou, se se preferir, no sentido de uma clara desinflação do romancista enquanto autor de ficções). E não se trata aqui, ao inverso do que sucede, por exemplo, em Camilo, de um tópico reconhecidamente literário destinado a convencer o leitor da

²² *Apud* José de Melo, "Em Letra redonda o que poderia esquecer", op. cit., p. 17.

²³ Em sentido análogo, João de Araújo Correia, referindo-se a *Contos Bárbaros*, diria: "São ficções próprias da terra onde nasci e donde me provém o cerne de escritor" (João de Araújo Correia, *Contos Bárbaros*, 4.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 10).

Romance Campestre

verosimilhança da matéria narrada, ou seja, não estamos perante um típico fenómeno, como diria Abel Barros Baptista, de *ficção do romancista*.²⁴ E não admira, por conseguinte, que a riqueza dos caminhos minhotos (esposendenses, melhor seria escrever) percorridos em cada uma das páginas de Boaventura pelo leitor se nutra de uma proximidade ao mundo rural, validada, digamo-lo assim, por uma retórica da terra. Desde logo por

24 Abel Barros Baptista, a propósito, de *Amor de Perdição*, escreve, numa passagem que não se compadece com o biografismo *tout court*: «no que ao *Amor de Perdição* respeita, Camilo fez depender o acesso à história de Simão Botelho do seu próprio percurso biográfico, desde o tempo em que a ouvira contar à tia, ao tempo em que vem a encontrar, já na prisão, o registo de entrada do desgraçado tio. Por isso e por um conjunto de outras razões suficientemente conhecidas para que seja preciso enunciá-las, são inúteis e simplistas as lamentações contra o predomínio de biografismo nos estudos camilianos: e, sobretudo, estérteis, se não se compreender que a operação biográfica se inscreve na novela camiliana como uma das suas dimensões constitutivas, ou, se se quiser, que Camilo lhe introduziu sempre uma memória de si próprio. O que não quer dizer que todas as obras de Camilo apresentem um indiscutível valor autobiográfico. Quer dizer precisamente o contrário: que Camilo viveu, a seu modo, essa tensão inerente ao discurso memorialístico, essa deslocação da memória da verdade para o sentido que perturba toda a relação do sujeito consigo mesmo através da escrita. E quer dizer sobretudo que a inscrição de uma memória de si mesmo é o modo peculiar de Camilo a viver: é o seu modo» (Abel Barros Baptista, "Memórias: Encarceramento e *habeas corpus*", *Prelo*, n.º 18, janeiro-março de 1990, p. 50). É precisamente a propósito da presença da autobiografia de Camilo nos meandros da construção ficcional camiliana que Abel Barros Baptista, superando noções como as de narrador-autor ou autor textual, alarga decisivamente a reflexão em torno dessa questão, falando em *ficção do romancista* para circunscrever a deliberada inscrição do nome próprio Camilo no texto, inscrição mediante a qual o narrador deixa o anónimo e passa a representar Camilo, fazendo parte do mundo das personagens, o que não significa, porém, a rasura do romancista empírico. (Cf. Abel Barros Baptista, *Camilo e a Revolução Camiliana*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988; *O Inexorável Romancista. Episódios da assinatura camiliana recolhidos e apresentados por um comentador paciente no âmbito do centário de Camilo* seguido de *A Condição Pós-Camilo. Contribuição para a crítica de Camilo e a Revolução Camiliana*, Lisboa, Hiena Editora, 1993; ou ainda "O padre, o amigo do padre e o romancista. Figurações do romancista em 'O Romance de um Homem Rico'", *Colóquio/Letras*, n.º 119, janeiro-março de 1991, pp. 41-55).

Um Romance Campestre (sobretudo) Semimoderno

Boaventura ser detentor de uma prosa que se quer representativa da simplicidade dos ambientes rurais ou, nas palavras de José Correia do Souto, "desartificiosas"²⁵, [e] semeada de provincialismos²⁶, o que não surpreende num escritor que extraia, como nos diz ainda José Correia do Souto, "enorme prazer em andar apegado, sempre que podia, à rabiza do arado, no amanho das terras da sua *Casa de Susão*"²⁷. Mas sobretudo, insista-se, por se nortear pela exaltação incondicional dos valores rurais, restituindo à literatura uma condição originária radicada em fundamentos estéticos e ideológicos marcadamente campestres e pré-modernos. Neste sentido, concede voz aos deserdados, enfatizando, ao arrepio das que a cidade propõe, a opulência das histórias adstritas ao campo. O que se diz, em modo de protocolo de leitura, nas primeiras linhas do romance que o leitor tem entre mãos — o romance de estreita do autor — é assaz revelador dessa dialética: "Não são só os grandes povoados que têm história. Nos pequenos lugarejos, em minúsculas aldeias, encontram-se muitas vezes factos mais dignos de menção que nas grandes cidades".²⁸

25 Não se trata, pois, de um escritor que cultivou o romance enquanto narrativa problemática e experimental. Posto noutros termos, não espere o leitor encontrar nos textos de Boaventura aquele tipo de surto cataclísmico, por assim dizer, suscetível de dissolver as formas romanescas "clássicas" e, como tal, de converter o que poderia ser uma narrativa fácil e complacente numa exploração radical dos seus limites romanescos. Como sucede com outros autores regionalistas, em Boaventura o registo de costumes regionais e populares, tanto no que se prende com a retenção de expressões populares caídas em desuso como no que se refere ao registo documental de manifestações etnográficas e folclóricas, constitui a trave essencial — ou uma das traves essenciais — em que se edificam as suas narrativas.

26 "Manuel de Boaventura", *Dicionário da Literatura Portuguesa*, vol. 1, Porto, Lello & Irmão, [s./d.], p. 119.
27 *Id.*, p. 118.
28 Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, op. cit., p. 15.

E não é menos significativo este trecho, no final do terceiro capítulo (Primeira Parte), onde a vida na aldeia (a recordar, para os cinéfilos, *Jour de Fête*, do Jacques Tati) surge filtrada por uma manifestação de idealismo, bem ao gosto dos autores regionalistas²⁹, sob a forma de pura amenidade bucólica: "E por toda a parte, de envolta com os aromas inebriantes das flores e o aspeto suavemente poético da festa, campeia a alegria e a fraternidade — as duas características mais proeminentes da vida simples dos nossos aldeões".³⁰ O campo, subjetividade generalizada, por se configurar como espaço sem exclusão, corporifica, qual antecâmara do Paraíso, um lugar de utopia, na medida em que se afigura como espaço bucólico, sendo este, como bem notou Kant a propósito do *sublime* e do *belo*, instigador do bem-estar.³¹ E o que se subentende nesta utopia autossuficiente e feliz, ou se se preferir, nesta mitologia romântica da ruralidade como efusão fraterna favorável à plena realização do espírito humano³², é o entendimento do palco moderno da cidade como um lugar alienante e propício à falsidade e

²⁹ E, como se sabe, bem ao gosto, mais tarde do nacionalismo cultural estado-novista (cuja raiz nesta matéria da recuperação de uma antropologia cultural que converte o campo em lugar de salutar virtudes e a cidade em espaço de moralidade duvidosa remontam, em bom rigor, a Sá de Miranda, o poeta que trocou, como é sabido, a falsidade da Corte pela placidez campestre do Minho). Mas com uma diferença decisiva: o discurso estado-novista sobre o campo, com as suas leituras envesadas e ideologicamente instrumentalizadas, reveste-se de notório nacionalismo, sendo o mesmo que afirmar: o campo e as suas gentes são pensados como o nacionalismo permite pensá-los. Em todo o caso, o enaltecimento do campo e das suas salutar virtudes nunca deixou de ser uma constante na literatura portuguesa e no pensamento luso. Veja-se este trecho de Oliveira Martins, no qual a valorização rural assenta no seu caráter pré-industrial e, como tal, o desencantamento radica na intrinseca hegemonia do poder capitalista e do coextensivo triunfo da racionalidade mecânica: "No campo, a lavoura era a alegria da vida. O lavrador, atrás dos bois, arava a terra, copulando com ela quando vazava a semente nos seus regos fumegantes. Depois a terra viu chegar o barão com as suas armas, com máquinas para fazer tudo, com dinheiro para agambarcar tudo, e desapareceu o encanto do crescer das searas que o sol ia gradualmente amadurecendo. Veio o trigo da América, e o lavrador curvou a cabeça rendido, vencido, arruinado, como o cambista e o artífice" (Oliveira Martins, *O Repórter*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, p. 10).

³⁰ Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, 2.ª edição, op. cit., p. 46.

³¹ Cf. I. Kant, *Essai sur les maladies de la tête. Observations sur le sentiment du beau et du sublime*, Paris, GF Flammarion, 1990, p. 82.

³² O que presume, evidentemente, uma empatização ideológica implícita do leitor, ao qual se solicita que se reveja nessa representação do campo pré-industrial como lugar de felicidade fraterna sem fim.

à perversão social.³³ E ainda o campo, onde perduraria uma ética aldeã, como lugar de estoica resistência às (sedutoras e falaciosas) modernices da desencantamento do mundo pré-anunciado, na sua imparável lógica expansiva, pelo crescimento urbano. O desencantamento, para sermos mais claros, propiciado por uma modernidade que sobrepe a intelectualização (as cidades, em princípio, são planeadas e obedecem a uma racionalidade espacial tanto ao nível do seu ordenamento como do seu funcionamento; e nelas o sujeito procura constituir-se e reconstituir-se em racionalidade e autonomia a partir dos valores e das valorações presentes no ambiente urbano, que são desde logo os do lucro e o do gozo) à espiritualidade e à mística do universo rural, manifestas em tradições folclóricas e festas campestres. Tradições e festas representativas de uma rede de crenças, desejos e emoções onde a cada instante se sente uma consistência ética e uma forma genuína de estar. Citemos estas palavras de Max Weber (o itálico é nosso): "[...] podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização"³⁴. Significa isto o fim das fábulas providenciais e uma

³³ Outro momento, já agora, de notório idealismo verifica-se na parte (no cap. IV, Primeira Parte) em que um humilde lavrador questiona a razoabilidade dos casamentos por conveniência praticados pela elite, corporificada neste caso pelo interessado abade de Ponce. O diálogo entre o clérigo e o lavrador é algo extenso, mas basta esta lapidar frase, pronunciada pelo popular (em tom, supõe-se, resolutivo), para grande espanto do seu interlocutor (e recorde-se que estamos em pleno século XVIII): "Eu cá não obrigaria os meus filhos a casar contra a vontade" (Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, 2.ª edição, op. cit., p. 56). Ora, este diálogo, destinado a desfavorecer o abade aos olhos do leitor, sublinhando na personagem as motivações interesseiras a despeito da felicidade da sobrinha, é, na verdade, pouco credível. Carece de fundamentos socio-históricos, dado, como nos ensinam os historiadores, que no antigamente o hábito de converter qualquer matrimónio em ocasião de negócio era universal e, por isso, transversal às diferentes camadas sociais. A prática deste tipo de consórcio não se confinava ao topo da hierarquia social. Conforme observa o historiador Jean-Louis Flandrin, grande especialista do mundo rural francês entre Quinhentos e Oitocentos: "Cette conception du mariage [association grâce à laquelle deux individus ou, plus encore, deux familles, espéraient résoudre une partie de leurs difficultés économiques et sociales], nous l'avons trouvée dans tous les milieux: dans l'aristocratie et la bourgeoisie mais aussi chez les laboureurs, les vignerons, les artisans; chez tous ceux qui avaient un patrimoine, aussi petit soit-il, ou même ceux et celles qui perdant des années constituaient un petit pécule à fin de s'établir." (Jean-Louis Flandrin, *Les Amours Paysannes (XVI-XIX siècle)*, Paris, Éditions Gallimard/Julliard, 1975, p. 74).

³⁴ Max Weber, *Essais de Sociologia*, Rio de Janeiro, Edições Guanabara, 1982, p. 138.

reformulação da realidade que submete a moralidade às exigências do poder epistêmico do cálculo e da técnica, predicado de posições inovadoras e liberais, como se sabe.

Reconhece-se, portanto, em Boaventura o propósito maior de resgatar, nos exatos antípodas do projeto progressista da cidade, através da (e na) literatura, os vínculos constitutivos da sociedade rural tradicional. Porque nesses vínculos se acham os valores antigos, as tradições de caráter e de virtude, não havendo moralidade independentemente de contextos, já que as virtudes constituem parte da tradição a que pertencem. Numa palavra, a moralidade de caráter e virtude alcança no campo uma realização superior, na medida em que essa realização surge reportada ao mundo natural que é o seu. Como é perfeitamente claro, este combate de resgatar os valores campestres, indissociável de uma crítica à cultura moderna, supõe uma capacidade narrativa cuja linha de força passa muito por dar voz, além de tudo o mais, a uma reserva territorial (em sentido lato, o campo com a sua panóplia de costumes e tradições), antes que a modernidade anunciada por uma urbe em expansão a dissolva. Reserva territorial ratificada por um consequente investimento etnográfico, visível, desde logo, no modo sensível e admirativo como o escritor invoca, não raramente à mistura com reflexões identitárias, festas e tradições populares.³⁵

N'O *Solar dos Vermelhos*, romance ainda de aprendizagem e, por isso, afastado do que mais meritório existirá na obra do escritor, esta linha alcança talvez a sua melhor resolução temática na parte em que o narrador se compraz em descrever a (minhota) tradição pascal. Leia-se, não obstante a extensão:

Quando os agudos e festivos sons da campainha se ouviram na eira

³⁵ Como é sabido, a esteticização do mundo rural não é atributo da geração de autores de que Boaventura possa ser representativo. A nossa tradição literária nunca deixou de representar o campo com os particularismos de que se reveste, se pensarmos em autores sonantes como Garrett, Eça ou ainda Júlio Dinis. Mas esses autores reconhecidamente maiores fizeram-no de um modo razoavelmente impessoal, socorrendo-se de uma percepção em regime de vista exterior (Cf. Diogo Ramada Curto, "Esteticizar a pobreza", E, *A Revista do Expresso*, edição 2316, 18 de março de 2017, p. 69). Daí que seria extremamente problemático atribuir-lhes o título, ainda que honorífico, de pais fundadores da geração de contistas e romancistas de valia bastante diversa (alguns claramente *minores*), entre os quais Boaventura, que fizeram do resgate das tradições rurais a obsessão da sua escrita e do campo um destino literário a que conscientemente não quiseram escapar.

do velho lavrador, já ele vinha da adega com um bojudado pichel de vinho na mão. E, quando a cruz chegou, lá estava já, coberto por alva toalha de linho, sobre a carcomida mesa de castanho o pichel do vinho, o copo de vidro por onde havia de beber o senhor abade, e o de louça por onde bebiam os outros, a travessa dos doces, o bate de pão de ló e os biscoitos de molete... com que o abade e sua comitiva haviam de refocilar as forças para continuar a visita do Senhor. Entra o campanulário e, após ele, o cruciferário de opa vermelha e lenço enrolado na cabeça à laia de turbante mourisco, prevenção contra o ardor do sol.

Começa o beija-cruz pelos donos da casa. E ao mesmo tempo que dá a cruz a beijar o mordomo vai dizendo a meia voz:
— *Aqui entra...*

E segue-se uma pequena pausa motivada pela demora de passagem da cruz da boca dum, para a boca doutro.

— *Nosso Senhor...*

Segue-se igual pausa.

— *Crucificado... ressuscitado... que vem dar... as boas festas... à gente... desta casa, aleluia... aleluia... aleluia!*...³⁶

Se este trecho é um retrato fidedigno de um todo social, a defesa dos costumes e das tradições desse todo é ainda perfeitamente reconhecível na convicção promoção da gastronomia lusa do antigamente e no consequente repúdio pelas importações culinárias. Repúdio não só articulado em simbiose profunda com a valoração dos costumes nacionais ("ceia" e não "jantar"),

³⁶ Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, 2.ª edição, op. cit., pp. 42-43. Ou ainda: "E se a Páscoa nos traz regozijo e contentamento por festejar e comemorar a Ressurreição de Cristo, a ninguém, como ao abade das nossas aldeias minhotas, pode alegrar mais. / E o tempo dos foliares. / A Páscoa no Minho é uma festa poética, como todas as festas regionais. / No domingo do compasso o pároco faz a mais larga das colheitas. / Os ovos, que às vezes se contam por milhares; as roscas de pão de ló e de pão podre; os ovos tingidos e desenhados a capricho; os biscoitos de fresco molete; e outras muitas prendas de foliar enchem a dispensa e põem os armários a esbordar, quase de um ano ao outro." (*id.*, p. 29).

como sintonizado, numa rígida moral lexical, com a intransigente apologia do genuíno falar luso (o gosto irrestrito pelo vernáculo e pelos arcaísmos, por todo o tipo de palavras pitorescas ou expressões de cariz popular caídas em desuso, enfim, a inscrição da correção da língua na geografia linguística aldeã), entretanto contaminado por uma "úlceras de galicismos", como diria Camilo, em carta, a Ramalho Ortigão³⁷. O excerto em causa é este: Chegou afim o momento da refeição. Então, a tal hora, era a ceia.

37 Apud José Viale Moutinho (recolha, prefácio e notas), *Camiliana 3 – Cartas Escolhidas de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 433. A conhecida relutância de Camilo ao léxico que não seja de puro cunho luso fica bem evidenciada neste excerto, onde o romancista, apesar de ingenuamente complacente para com o infrator, dado o prestígio inabalável de quem comete a falta, não deixa, contudo, de lhe apontar a falha. O infrator é Almeida Garrett, de quem Camilo é confesso admirador; e a falta consiste no *capricho* de apontuá-lhe palavras estrangeiras. Leia-se o excerto: "Eram admiráveis os recursos do vocabulário de Garrett. Sabia dizer tudo em língua puríssima dos que melhor a escreveram nesta terra. Se, porém, a ideia nova sincava na impropriedade do termo usual, o acusado escritor enxertava a palavra estranha, e o mesmo era dar-lhe o foro de portuguesa. Se nestas liberdades se demasiava alguma vez, era preciso aceitar-lhe o capricho, porque não havia audácia que lhe pedisse contas, vista a imaculada dicação das suas obras mais consideradas" (Camilo Castelo Branco, *Cousas Leves e Pesadas*, 3.ª edição, conforne a 1.ª, única revista pelo autor, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1971, p. 168). E veja-se agora, só para ficarmos com mais um notório exemplo de defesa da unidade e constância da língua nacional (como se esta, por força de obedecer a um corpo fixo de regras e determinações, fosse impermeável aos estrangeirismos), os argumentos aduzidos por Alexandre Herculano neste trecho: "A leitura frequente dos livros franceses tem corrompido a nossa linguagem por tal maneira, que já hoje é impossível desingá-la dos galicismos, nomeadamente os de frase, em que abunda; se isto em alguns casos é danoso ou útil para a gramática ideológica, isto é, se algumas construções daquela língua, extremamente regular, serão boas de ajetar ao nosso idioma, não o podemos aqui dizer; mas o que não padecer dúvida é que essa lição de autores franceses pós em esquecimento os portugueses; que os hábitos e costumes excelentes dos nossos antepassados se têm alterado e modificado em grande maneira por tal motivo, visto que a frequência de estrangeiros torna estranhos os usos de qualquer povo, e o trator dos livros produz muitos efeitos semelhantes aos do trato dos homens. Acresce, que sendo a nossa língua abundantíssima, e escassa a franqueza a muitos respetos, pela falta de conservar os escritores nacionais encurtamos e empobrecemos as formas e os elementos do discurso. Sabemos que muita gente escarnece dos que amam a pureza da língua; mas a razão é óbvia: mais fácil é escarnecer dos bons estudos do que segui-los. A leitura dos livros clássicos está ao alcance de poucos por uma parte, e por outra estes versam muitas vezes sobre matérias áridas, e pouco importantes, para este século." (Alexandre Herculano, "Galicismos", *O Panorama*, Vol. I, n.º 7 (17 de junho de 1837), p. 52.

Hoje chamamos-lhe jantar, de moda!

Nesse tempo a cozinha francesa era desconhecida, ou quase desconhecida, dos nossos antepassados.

Não existia o galicparlismo do *menu*, com o seu cortejo de ignaros acepipes, que se comem sem o conviva, a maior parte das vezes, saber o que introduz no seu estômago.

Fossem lá falar-lhes em *poitrine de veau*, no *poisson garni* ou em *dindon rôti*: era o bastante para eles perderem o apetite... Nessa época não se comia *francês* em Portugal.

Mas saborreava-se a cabidela de galinha, de olha dourada; a vitela no espeto; o anho do forno a saber ao louro;... e, a atestar, o arroz doce perfumado a casca de limão, as rabanadas albardadas de ovos, as filhós levedadas branquejadas de açúcar... E tudo isso - à portuguesa e à minhota!

A cozinha de então era a genuína, a suculenta cozinha portuguesa, hoje quase só conhecida por tradição.³⁸

No caso específico deste primeiro romance, que nos proporciona uma experiência de leitura pausada pelo prazer de um texto impecável nas suas diversas articulações lógico-discursivas, com páginas empolgantes e a denotarem a sua origem folhetinesca, enfim, um texto conduzido, podemos dizê-lo sem custo, pela mão de um escritor assaz competente, no caso deste primeiro romance, dizíamos, esta incondicional abonação dos valores campestres situa-se no quadro de uma lenda do século XVIII. Lenda declinada em dicação neorromântica, inspirada, muito nitidamente, em Camilo; mais precisamente, em *Amor de Perdição*.

38 Manuel de Boaventura, *O Solar dos Vermelhos (Romance Tradicional)*, 2.ª edição, op. cit., pp. 52-53.